

PMDB define líder hoje em novo turno

Oposição contesta criação do cargo para Assembléia

As lideranças do PDS, PDT, PT e PC do B na Câmara repudiaram ontem, da tribuna da Assembléia Constituinte, a indicação feita pelo presidente José Sarney de um líder do governo para atuar na Constituinte. O pedesista Amaral Netto (RJ) alertou para o fato de que a figura de líder do governo não existe nos regimentos da Câmara e do Senado nem do Congresso, ou nas normas provisórias da Constituinte. A seu ver, a iniciativa de Sarney representa uma intromissão indebita, "um lobby do Executivo em cima da Constituinte".

Depois de explicar que os regimentos internos prevêm, além da figura dos líderes partidários, apenas a do líder da maioria ou da minoria, o deputado Amaral Netto advertiu que para o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), designado por Sarney para líder do governo na Câmara, atuar dentro do regimento, terá que ser indicado pelos deputados dos dois maiores partidos (PMDB e PFL) para ser o líder da maioria.

O deputado ainda indagou de Ulysses Guimarães qual a liderança que Carlos Sant'Anna estava assumindo. Ulysses explicou, então, que a Mesa da Constituinte estava aguardando a formalização da indicação de Sant'Anna como líder da maioria, figura definida no regimento interno das duas Casas legislativas.

Situação esdrúxula

Em tom irônico, Amaral Netto reivindicou ainda que se o deputado Carlos Sant'Anna comunicar à Mesa que é o líder da maioria, "desde já eu passo obrigatoriamente a ser o líder da minoria, porque sou o líder do terceiro partido". Depois de fazer esta observação, Amaral, de direita, ainda encontrou tempo para brincar com o deputado José Genoíno (PT-SP) representante da extrema-esquerda na Constituinte: "Está no regimento, José Genoíno. Eu não quero ser líder de V. Exa., não é possível, isto seria uma aberração. Mas — continua — eu diria que isto está dentro do regimento e se o deputado Genoíno não gostar nos vamos ter que nos atarracar tantas vezes aqui como já nos atarracamos no passado. O erro é do regimento. Não sei se ele vai se considerar ou não minoria".

Imediatamente, José Genoíno levantou uma questão de ordem para contraditar as posições manifestadas pelo líder do PDS: "A Mesa não deve aceitar as normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, senão estaria criando uma situação esdrúxula na história política desta Casa, com o regimento interno se sobrepondo à vontade política dos partidos e dos membros da Câmara", apressou-se Genoíno, preocupado, em desfazer qualquer dúvidas quanto a uma união do PT com o PDS, mesmo em tom de brincadeira.

No início da noite, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), disse que aceita a designação do deputado Carlos Sant'Anna como líder da maioria na Casa.

Em segundo turno, a bancada do PMDB escolhe hoje, entre os deputados Luiz Henrique e Milton Reis o seu líder na Câmara. Na primeira votação, apurada ontem, Luiz Henrique obteve 103 votos, Milton Reis 80 e João Hermann 62. Como ninguém alcançou maioria absoluta, o grupo de Hermann tornou-se o fiel da balança na disputa: noite adentro, reuniões e negociações foram feitas em busca desses votos, que são, em sua maioria, progressistas, e por tanto, têm afinidade maior com Luiz Henrique. Mas o Planalto também estaria tentando conquistar estes apoios para seu candidato preferido, Milton Reis.

Terminada a apuração, Hermann garantiu que só tomaria uma decisão após ouvir o comando de sua campanha. Luiz Henrique não tinha dúvida quanto a um acordo, revelando já existir um entendimento prévio com Hermann de apoio mútuo no segundo turno. Milton Reis, no entanto, também conta com esses votos. Segundo o deputado Prisco Vianna, um dos mais ligados ao presidente Sarney no Congresso, um número significativo dos deputados que apoiaram Hermann vai, agora, votar em Reis. E justifica: "Eles estão insatisfeitos com o sistema que domina a liderança do PMDB. A insatisfação é confirmada pelo deputado Domingos Leonelli, principal coordenador da campanha de Hermann, que resume a situação: "Tivemos um excelente desempenho, enfrentando dois esquemas poderosos — o sistema que domina o PMDB, apoiando Luiz Henrique, e o Planalto bancando Milton Reis". Descontentamentos à parte, Leonelli considera que não há outra alternativa para seu grupo senão apoiar a Luiz Henrique, unindo todo o grupo progressista do PMDB.



Antes da apuração, o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos principais líderes dos conservadores do partido, considerava certa a vitória de Milton Reis, "porque com a desistência de Santana, nosso grupo votará unido". Pelos resultados, os conservadores revelaram ter controle de apenas um terço da bancada, mesmo contando com a simpatia do Planalto.

Disputa pesada

Durante todo o dia, corria pelo Congresso a informação de que Milton Reis estaria crescendo vertiginosamente após ter recebido um impulso do Planalto. Na segunda-feira, o presidente Sarney teria tentado convencê-lo a desistir da disputa, em benefício do deputado Carlos Santana. Não conseguiu. Então, designou Santana como seu líder, evitando os riscos de uma derrota na bancada. Segundo informam alguns deputados mineiros, Sarney teria também telefonado ao governador eleito Newton Cardoso autorizando-se a utilizar seu nome em contato com outros governadores, para pedir apoio para Milton Reis.

Não há confirmação deste trabalho de Newton Cardoso. Em compensação, o ministro José Hugo Castelo Branco teria telefonado para diversos deputados, em nome de Sarney, pedindo votos

para Reis. O deputado Jutahy Júnior, que era um dos coordenadores da campanha de Carlos Santana, chegou a comentar, ontem numa roda durante a sessão da Constituinte que "o Governo está está trabalhando para valer pela vitória de Milton Reis".

O deputado Milton Reis, no entanto, nega. Garante que seus votos foram conseguidos exclusivamente por seu trabalho e não pelo auxílio do Planalto. Em todas as rodas, porém, era classificado como candidato do Governo.

Luiz Henrique também teve importantes apoios fora da bancada. O senador José Richa, por exemplo, trabalhou ativamente por seu nome. Hermann se considera prejudicado pelo esquema de pressão desencadeado pela cúpula do partido e por governadores. Um deles, Jader Barbalho, do Pará, teria revertido a tendência da bancada do PMDB do Pará pró-Hermann em favor de Luiz Henrique pouco antes do início da votação.

Voto descontraído

Durante a votação, os três candidatos, mal disfarçando a tensão, desempenharam seu papel na boca da urna. Mais à vontade, os eleitores deram um toque de humor ao pleito. Roberto Cardoso Alves, por exemplo, indagou tão logo aberto o processo de votação se o doutor Ulysses Guimarães era candidato.

O próprio Ulysses entrou no clima. Ao chegar à Mesa que dirigia os trabalhos para apanhar sua cédula, perguntou: "Sou presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB. Quantos votos eu tenho?"

Milton Reis, em determinado momento, virou-se para Pimenta da Veiga, que presidia a votação, e fez um apelo: "Pimenta, dê um fecho de ouro a este processo. Vote em branco."

Josemar Gonçalves



Luiz Henrique conta com o voto dos progressistas enquanto Milton Reis confia no apoio do Planalto

Cardoso não quer dividir liderança

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), não quer a nomeação de um líder para a Casa que ocupa, conforme deixou claro ontem ao presidente José Sarney, ao ser recebido em audiência, juntamente com 22 deputados da bancada do PMDB paulista. "No Senado", disse, "mando eu". Acrescentou que a figura do líder do Governo, a exemplo do que ocorreu com Carlos Sant'Anna, para a Câmara, é desnecessária porque existia harmonia no Senado e o PMDB, por si só, "já é maioria".

Mas o senador concordou com a escolha de Sant'Anna — que por sinal é quem vem propondo o líder também para o Senado —, afirmando ser resultado de um trabalho de engenharia política do presidente da República para atuar na Câmara, "onde o processo digestivo sobre determinadas matérias do governo é mais moroso". Recusou-se, no entanto, a admitir que Sant'Anna atuará como líder formal da maioria também na Assembléia Nacional Constituinte, cujo regimento, na sua opinião, não irá incluir esse artifício.

Mesmo assim, nada impede a atuação informal junto aos constituintes. Ao conversar com os deputados paulistas, o presidente Sarney ficou sabendo que a escolha de Sant'Anna não agradou cem por cento — e não esperava isso, conforme salientou.

Candidatos debatem soberania

A insatisfação com a política econômica do governo e com a atuação do PMDB em relação ao problema, questionamentos sobre o alcance da soberania da Constituinte e sobre como funcionarão as lideranças partidárias e da maioria na Assembléia foram a tônica das perguntas formuladas ontem pelos deputados peemedebistas aos três candidatos à liderança da bancada na Câmara. João Hermann (SP), Luis Henrique (SC) e Milton Reis (MG). A reunião começou com uma hora de atraso, às 10 horas, prolongando-se até às 14 horas.

A reunião foi presidida pelo líder Pimenta da Veiga e contou com a presença do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do líder da maioria na Câmara, Carlos Santana.

O deputado Milton Reis foi o primeiro a falar e contestou ser conservador. Ele disse ter sido assim tachado pela imprensa e passou a defender mudanças e transformações no país. Para ele, "o governo há de ser radical quanto à reforma agrária", prevendo que, antes de ser ideológico, o debate na Constituinte deverá ser marcado pelas reformas de base.

O deputado João Hermann foi o segundo orador, e desde o início deixou clara sua discordância com a escolha de um líder da maioria pelo presidente Sarney. Ele considerou a decisão presidencial tentativa de equacionar as

contradições internas do PMDB, lembrando o ingresso de antigos pedesistas no partido.

O parlamentar advertiu sobre a gravidade da crise econômica e criticou o fato de o PMDB não ter proposto soluções para o problema.

Ultimo a expor, o catarinense Luis Henrique destacou dois pontos em sua fala: a irrenunciabilidade dos programas do PMDB e a responsabilidade dos que lutaram 20 anos pela redemocratização do país com a continuidade da tarefa. Voltando-se para Carlos Santana na mesa dos trabalhos, explicou que as funções dos líderes da maioria e da bancada serão complementares, "pois atuaremos em mãos opostas, mas não divergentes. Ele defendeu pontos de sua plataforma e advertiu sobre a necessidade de o PMDB apresentar soluções para equacionar a crise econômica.

A maioria das perguntas esteve relacionada com a questão econômica, sendo a primeira delas lançada pela deputada baiana Abigail Feitosa: "Será que o PMDB se entregou aos banqueiros?". Milton Reis respondeu ser imperativo o tabelamento dos juros e advertiu que a bancada peemedebista ficaria desmoralizada se não se posicionou em relação ao problema perante o presidente Sarney. João Hermann enfatizou que os peemedebistas não devem sua eleição ao Plano Cruzado e sim à sua tradição de lutas.

Projeto poderá ampliar espaço para liderança

O tempo reservado para pequenos pronunciamentos no plenário da Constituinte, atualmente com duração de duas horas, será reduzido. Em contrapartida, o da liderança será ampliado, mantendo-se a divisão do tempo pela proporcionalidade das bancadas.

Essas são duas modificações que o relator do projeto de regimento interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), já tem definidas e pretende apresentar ao anteprojeto inicial. A determinação pela obrigatoriedade dos jornais publicarem diariamente um resumo das sessões da Constituinte também não irá figurar no regimento, garantiu o senador. Segundo ele, a cobertura da imprensa escrita é suficiente. Lembrou o parlamentar que não há possibilidade de se obrigar os jornais a publicarem os trabalhos da Constituinte. "Só pagando" admitiu.

Fernando Henrique, entretanto, fez questão de ressaltar que, em relação às emissoras de rádio e televisão, sua disposição é de garantir um espaço para a divulgação dos trabalhos constituintes. Ele fez questão de salientar que o tratamento dispensado às empresas de tele-rádio-difusão privadas e governamentais será diferenciado.

Segundo o senador, das emissoras estatais será cobrado um período mais amplo de transmissão dos trabalhos da Constituinte. Já as empresas privadas terão de garantir um bloco de alguns minutos em seus jornais para a apresentação do trabalho realizado na Constituinte durante o dia.

Fernando Henrique afirmou que ainda não havia tomado nenhuma decisão definitiva, mas que estava consultando profissionais da área de comunicação e "informalmente" a Radiobrás para estabelecer as normas sobre o assunto.

A ideia de se transmitir ao vivo as sessões da Constituinte foi colocada de lado dada as dificuldades operacionais, informou. O relator já está de posse de uma lista contendo os nomes de 42 estatais federais, estaduais e municipais de televisão, ligadas à Radiobrás e Funtevê, bem como as rádios governamentais, que podem ser utilizadas na divulgação dos trabalhos constituintes.

Falta de quorum já divide constituintes

Preocupados com a repercussão negativa dos repetidos atrasos na abertura das sessões da Constituinte, por falta de quorum, parlamentares de vários partidos tentarão, a partir de hoje, assegurar o início dos trabalhos a partir do horário fixado nas normas provisórias de funcionamento da Assembléia — 14 horas — independente do número de presentes ao plenário. A ideia conta com o apoio dos líderes do PT, Luis Inácio da Silva; do PC do B, Haroldo Lima; do PTB, Gastone Righi e do candidato a líder do PMDB, Luis Henrique.

O quorum mínimo exigido para o início da sessão, nos termos das normas provisórias, é de 94 constituintes e é com base nessa exigência, que o senador amazonense Fábio Lucena, do PMDB, está solicitando, desde segunda-feira que o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, suspenda os trabalhos, até a formação do quorum.

Ontem, ao apresentar essa questão de ordem, pelo terceiro dia consecutivo, Lucena foi cercado por vários parlamentares que protestavam contra a sua iniciativa. O peemedebista José Tavares, do Paraná, dizia que o senador estava "com excesso de zelo" e Lucena retrucava advertindo: "No dia em que desconhecemos o regimento, estaremos permitindo que os militares também desconhecem a Constituição".

O constituinte catarinense Francisco Küster, também do PMDB, irritado, avisava a Lucena que a partir de hoje se articularia com outros constituintes para apresentar sucessivas questões de ordem, capazes de neutralizar as verificações de quorum.

Consultado sobre o assunto após a discussão em plenário, e antes da eleição do líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique afirmou que considerava realmente desnecessária a presença de 94 constituintes para o início do "pinga-fogo" (a parte inicial da sessão em que cada constituinte inscrito faz uso da palavra durante cinco minutos). Apesar desse entendimento, Luiz Henrique mostrou-se preocupado com o tratamento que a imprensa dispensaria à questão.

Parlamentar deseja influir na economia

Sob o entendimento de que "uma economia sem rumo pode, em poucos dias, gerar pânico nacional e pôr em risco a estabilidade do processo democrático", mais de 60 constituintes já haviam assinado, até o início da noite de ontem, um requerimento de convocação extraordinária do Congresso para deliberar, "no âmbito de sua competência, sobre toda e qualquer questão atinente à economia nacional". Segundo o requerimento, as sessões do Congresso seriam realizadas de segunda a sexta-feira, entre 9 e 12 horas, no período compreendido entre o dia em que for completado o número mínimo de assinaturas necessárias à convocação — dois terços de deputados e senadores — e o dia 28 do corrente.

Os signatários da convocação alegam, entre outros "considerandos", que "as dificuldades do momento parecem encaminhar o país para uma crise econômica de consequências imprevisíveis e que a equipe econômica do Poder Executivo, quer por declarações isoladas de seus membros, quer por medidas assumidas por seu conjunto, quer, principalmente, pelos resultados negativos das mesmas, não se mostra capaz, por si só, de solucionar as questões mais prementes da economia nacional".

Quando a deputada paulista Bete Mendes começou a recolher assinaturas para o requerimento, dentro da bancada do PMDB, encontrou muita facilidade, mas no início da noite já havia resistências de parlamentares que entendiam que a convocação extraordinária do Congresso seria uma forma de enfraquecer os esforços por uma Constituição soberana.

A deputada capixaba Rose de Freitas, um dos peemedebistas que se negou a subscrever a convocação, considerou difícil a viabilização da proposta levando em conta que seria necessário o apoio de pelo menos 323 deputados e 49 senadores.